



A HISTÓRIA EM VIRGINIA WOOLF: UMA ANÁLISE DO LIVRO *TRÊS GUINÉUS*

HISTORIA EN VIRGINIA WOOLF: UN ANÁLISIS DEL LIBRO *TRES GUINEAS*

Rayane Silva Guedes*
Daniela Oliveira Ramos dos Passos**

- * rayanesguedes15@gmail.com
Mestranda no Programa de Pós-Graduação stricto sensu Educação e Formação Humana, da FaE-UEMG. Graduada no curso de pedagogia pelo Centro Universitário Estácio de Belo Horizonte.
- * ddanipassos@gmail.com
Doutora em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais (FaE / CBH / UEMG) e Professora do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação stricto sensu Educação e Formação Humana, da FaE-UEMG.

RESUMO: É objetivo deste artigo analisar o livro-ensaio ficcional *Três guinéus* (1938), de Virginia Woolf. Considerando as críticas sobre o caráter de domesticação feminina e uma série de argumentos que exemplificam a relação entre o patriarcado, o capital e o militarismo, Woolf busca responder à questão de “como é possível impedir a guerra?”, no tempo de ascensão do Nazi-Fascismo na Europa. Para tanto, a autora utiliza uma série de elementos não-ficcionais para evidenciar a condição das mulheres e delimitar como podemos, com mudanças na educação, na profissionalização e em uma reorganização social, libertar toda a humanidade. Em um primeiro momento abordamos o protagonismo feminismo na história e na literatura, com base em algumas obras desenvolvidas por Woolf. Em seguida, analisamos a obra *Três guinéus* e a submissão histórica das mulheres discutida no livro. Por fim, destacamos elementos que podem ser interpretados como instâncias importantes para pensar a história das mulheres e seu protagonismo através da contribuição dos trabalhos de Virginia Woolf.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres; história; ensaio.

RESUMEN: El propósito de este artículo es analizar el libro de ensayo de ficción *Tres guineas* (1938), de Virginia Woolf. Considerando las críticas sobre el carácter de la domesticación femenina y una serie de argumentos que ejemplifican la relación entre patriarcado, capital y militarismo, Woolf busca responder a la pregunta de “¿cómo es posible prevenir la guerra?” en el momento del ascenso del nazi-fascismo en Europa. Para lograrlo, la autora utiliza una serie de elementos de no ficción para resaltar la condición de la mujer y delimitar cómo podemos, con cambios en la educación, la profesionalización y una reorganización social, liberar a toda la humanidad. En un primer momento, abordamos el papel del feminismo en la historia y la literatura, a partir de algunos trabajos desarrollados por Woolf. Luego, analizamos la obra *Tres Guineas* y la sumisión histórica de la mujer discutida en el libro. Finalmente, destacamos elementos que pueden interpretarse como instancias importantes para pensar la historia de las mujeres y su protagonismo a través del aporte de la obra de Virginia Woolf.

PALABRAS CLAVE: mujeres; historia; ensayo.

INTRODUÇÃO

Edward Palmer Thompson (1981, p. 50), no livro *A miséria da teoria ou um planetário de erros*, nos diz que o passado humano não é um agregado de histórias separadas, mas uma soma unitária do comportamento humano. Walter Benjamin (1987, p. 223) também nos aconselha que, ao investigar a história, precisamos ter uma relação de “empatia com o passado”. Para Benjamin (1987), é preciso pensar nos moldes do “materialismo histórico marxista”; pensar nos oprimidos, nos vencidos que também estavam presentes na história. Ou seja, a escrita da história precisa ser analisada para além dos grandes eventos globais.

O/A cronista que narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido na história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente de seu passado (BENJAMIN, 1987 [1940], p. 222).

Tanto Thompson quanto Benjamin, ambos lembrando os escritos de Karl Marx, nos convidam a pensar uma história mais diversa, ampla, de um passado que não é estático, nem neutro. Um passado mais dinâmico, com várias personagens que fizeram e fazem a escrita da

humanidade. E dentro dessas personagens podemos destacar as mulheres.

E pensar as histórias das mulheres não é pensar somente na história delas, é pensar a história de toda uma sociedade: da família, da criança, do trabalho, da mídia, da literatura. A história do seu corpo, da sua sexualidade, da violência que sofreram e praticaram, da sua subordinação e loucura, dos seus amores e sentimentos (PRIORI, 2017, p. 7). Vale ressaltar que a área de pesquisa sobre a história das mulheres é recente – data desde meados da década de 1970 –, e foi estimulada pela emergência da história social tendo como foco as diversas identidades coletivas e a ampla variedade de grupos sociais presentes na história da humanidade.

Esse campo relativamente novo de pesquisa proporcionou também uma variedade de fontes de pesquisa, entre elas a literatura; e, nesse sentido, a leitura de mulheres escritoras vem se mostrando fundamental para as análises científicas atuais. Por meio da literatura feminina, podemos vislumbrar o cotidiano das mulheres e as práticas femininas nelas envolvidas. Os enredos nos possibilitam entender as representações que se fizeram das mulheres noutros tempos e lugares.

Entre os principais nomes que escrevem sobre e para mulheres está Virginia Woolf (1882-1941). Nascida em uma família de classe média inglesa, ficou conhecida pelo seu trabalho como romancista e é lembrada como uma figura importante no movimento modernista europeu. Contudo, mesmo para mulheres de sua classe, a abundância econômica (para os ingleses, não para os colonizados) não resultou em um investimento social em seu sexo, pois o acesso à educação para as mulheres permaneceu, como em épocas anteriores, restrito, em sua maioria, a uma educação não formal. Dessa forma, não há registros seguros de que Woolf tenha frequentado nem mesmo uma escola primária (DIAS, 2019). Autodidata¹, ela colaborou para o *Times Literary Supplement*, foi membro proeminente do Grupo *Bloomsbury*, formado por intelectuais e artistas britânicos no começo do século XX, e escreveu diversas resenhas e artigos. Da sua produção como romancista constam títulos como *Mrs. Dalloway*, *Ao farol*, *As ondas*, *Orlando*, *O sol e o peixe*, entre outros.

Foco deste artigo, *Three guineas* (que iremos trabalhar com o título traduzido, *Três guinéus*), obra escrita por Woolf em 1937 e publicada em 1938, é um livro que tem sua origem no texto *Profissão para mulheres*, escrito para uma palestra dada em Janeiro de 1931 às integrantes da *Junior Council da London and National Society for Women* 's

Service, uma associação fundada para promover e auxiliar mulheres em empregos “ditos profissionais”, ou seja, empregos fora do ambiente doméstico. Segundo Woolf, era necessário “matar o anjo do lar” para, só então, conseguir estabelecer-se como uma trabalhadora profissional ou mesmo “uma autora de ficção” (ROSA, 2016).

Voltando a *Três Guinéus*, Virginia desenvolve um argumento forte entre a conexão do patriarcado e o militarismo. Além disso, ela se mostra pioneira em muitos debates como as campanhas de “remuneração igual para trabalho igual”, a questão da ocupação dos espaços público e privado, a educação de mulheres, entre outras discussões ainda tão presentes no movimento feminista. Para isso, a autora utiliza no ensaio uma estrutura argumentativa que exige um olhar atencioso, por parte de quem lê, aos elementos levantados, formando em conjunto uma defesa radical de uma mudança de perspectivas. Além disso, ela propõe a pergunta: “como é possível evitar a guerra?”, neste caso, contextualizando o período que antecede a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), já que a Europa vivia a tensão da ascensão do Nazi-Fascismo.

Assim, o objetivo deste artigo é o de analisar a obra *Três guinéus*², de Woolf, a fim de compreender como os eventos históricos de seu tempo nos ajudam a entender a

1. No início do século XX, as universidades de Oxford e de Cambridge eram vistas como bastiões do privilégio masculino. Só em 7 de outubro de 1920 as mulheres receberam o mesmo estatuto de alunas da Universidade que os homens, e tiveram acesso a graus acadêmicos. Em 1927, foi criada uma cota que limitava o número de mulheres estudantes para um quarto do número total de homens. Esta cota foi abolida em 1957. Porém, antes da década de 1970, as faculdades estavam divididas por sexo, o que fazia com que o número de vagas para mulheres fosse limitado. As faculdades femininas só receberam o mesmo estatuto das masculinas em 1959.

2. Publicado em 1938, *Três guinéus* é um livro-ensaio que assume um formato de carta escrita por uma missivista fictícia e endereçada também a um destinatário fictício. Dividido em três capítulos, isto é, em “três guinéus”, o livro discorre sobre o forte vínculo entre o militarismo e o subordinado papel das mulheres na esfera doméstica, política e social. Para corroborar com suas ideias, Woolf traz vários exemplos de vida cotidiana, de citações de jornais e livros, de extratos de biografias e autobiografias, de dados e estatísticas de livros de referência utilizados por ela. Em suma, *Três guinéus* é uma obra que analisa o papel secundário das mulheres na sociedade europeia das décadas de 1920-30 e seu caráter pacifista diante de conflitos militares, já que a elas foram sempre ensinadas a obediência e domesticação.

subordinação das mulheres aos homens. Para tanto, adotamos como escolha teórico-metodológica a pesquisa qualitativa, por meio da análise bibliográfica e documental, na perspectiva pós-estruturalista, à medida em que, a própria Virginia utiliza da desconstrução em sua escrita para produzir novos sentidos em seu texto, em diálogo com quem lê. Como demonstra Márcio Senem (2008, p. 119):

Analisando a obra de Virginia Woolf, percebemos que ela utilizou muito em seus ensaios a desconstrução de texto na análise que fazia da historiografia da literatura e dos textos literários, mesmo que o termo “desconstrução” esteja tradicionalmente vinculado ao trabalho de Jacques Derrida e ao Pós-Estruturalismo, na segunda metade do século XX.

Nesse sentido, a crítica literária deve servir para traduzir os sentidos produzidos pela obra aos leitores em uma linguagem “comum de seu tempo”, como delimita Tzvetan Todorov (2009), o qual nos alerta que a literatura pode transformar cada indivíduo e revelar o mundo, dando sentido à experiência humana. Desse modo, a obra instiga os sentidos do leitor sem impor uma verdade, mas provocando-o a ser ativo e formulá-la. De acordo com Todorov (2009, p. 77), “como a filosofia e as ciências humanas, a literatura é pensamento e conhecimento do mundo psíquico e social em que vivemos”.

A partir disso, este trabalho está dividido em duas partes. Na primeira, abordamos a escrita da história e como ela se configura na obra da Virginia Woolf. A segunda parte é uma análise mais específica da obra *Três guinéus* e como a experiência das mulheres pode ser um guia útil para tentarmos construir um futuro mais justo e igualitário para a humanidade. Além disso, tecemos outras considerações ao final do artigo.

HISTÓRIA EM VIRGINIA WOOLF: O PROTAGONISMO DAS MULHERES

O que é história? Segundo o historiador francês Marc Bloch (1997, p. 55), “a história é a ciência dos homens [e nos atrevemos a dizer das mulheres também] no tempo”. É claro que Bloch³, quando utiliza o termo “homem”, está intuitivamente dizendo “humanidade”. Contudo, vale dizer que a linguagem escrita também é carregada de simbologias e ideologias e é sabido que muitos historiadores do século XIX e meados do século XX, quando abordam a organização do Estado-nação, guerras ou a biografia de personalidades heróicas e políticas não colocam as mulheres como personagens centrais dos seus enredos. Elas desaparecem da historiografia. A história social e cultural, no contexto especificado, sobretudo quando voltada para as preocupações e questões femininas da vida cotidiana, passam a ter pouco valor. Nos dizeres de Bonnie Smith

3. Vale esclarecer que Marc Bloch não era um historiador positivista. Ele fazia parte da segunda geração dos pensadores da escola dos *Annales*, que propõe pensar a história para além dos grandes fatos e acontecimentos ligados à realeza, política e guerras em geral. Em Bloch, temos uma história mais explicativa e menos global. Para ele, o indivíduo só pode ser compreendido na sua estrutura social, que é construída racionalmente, observável empiricamente e explicável causalmente. “O objeto do historiador são os homens [humanidade] suas significações, intenções e ações, que devem também ser compreendidas, mas em seus grupos, em seus modos concretos e repetitivos de comportamentos e normas sociais” (REIS, 2006, p. 82).

(2003, p. 156), independentemente do que aconteceu no passado, “a política e os homens que escrevem sobre ela são o ‘feijão com arroz’ da grande história”.

Cabe dizer que a narrativa histórica necessita sempre de reflexão e crítica e que pensar a história incluindo as mulheres como protagonistas é algo fundamental, não linear e complexo. Embora a história das mulheres esteja associada à emergência do feminismo, ela não se finda nesse processo. De acordo com Joan Scott (2011, p. 80),

a história das mulheres, sugerindo que ela faz uma modificação da “história”, investiga o modo como o significado daquele termo geral foi estabelecido. Questiona a prioridade relativa dada à “história do homem”, em oposição à “história das mulheres”, expondo a hierarquia implícita em muitos relatos históricos. E, mais fundamentalmente, desafia tanto a competência de qualquer reivindicação da história de fazer um relato completo quanto a perfeição e a presença intrínseca do objeto da história – o Homem universal.

Com isso, Scott (2011, p. 80) nos convida a pensar “através de que processos as ações dos homens vieram a ser consideradas uma norma, representativa da história humana em geral, e as ações das mulheres foram subestimadas, subordinadas ou consignadas em uma arena menos

importante?”. E mais, por que quando ousamos abordar a questão dos diversos feminismos na história, logo nos vem à mente somente o movimento das sufragistas em fins do século XIX? Quando escrevemos história fica difícil datar um “movimento” que ocorra apenas em um lugar específico. É como se o “movimento” se reduzisse apenas à mobilização que focalizamos, esquecendo-se que, no caso da “questão feminina”, há ações variadas ao longo do tempo e do espaço, em lugares diversos, em locais públicos e privados, nos mundos do trabalho rural e urbano e também na escrita, por meio da literatura.

Abordando a militância feminina no campo da escrita, podemos pensar em autoras bem conhecidas no mundo ocidental, como Mary Wollstonecraft (1759-1797), que, em 1792, durante o período da Revolução Francesa, publicou *A Vindication of the Rights of Woman: with Strictures on Political and Moral Subjects*⁴, contrapondo *A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789*. A obra de Wollstonecraft foi publicada no Brasil em 1833, traduzida pela educadora Nísia Floresta⁵. A saber, Nísia também foi destaque no campo de escritoras feministas. Em *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, ela usa a escrita para reivindicar igualdade e educação para mulheres:

4. Vale lembrar que, no final de 1791, a francesa Olympe de Gouges publicou sua *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, e a questão dos direitos das mulheres tornou-se central para os debates políticos na França e na Grã-Bretanha.

5. Nísia Floresta Brasileira Augusta foi o pseudônimo adotado por Dionísia de Faria Rocha, nascida em 1810 no Rio Grande do Sul. Aos 14 anos, ela passou a morar na cidade de Recife, com sua família. Na idade de 20 anos tornou-se professora. Em 1832 publicou *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*. Em fins da década de 1830, mudou-se para o Rio de Janeiro e fundou o Colégio Augusta. Abolicionista e republicana, escreveu em jornais, sendo que suas ideias provocaram grandes polêmicas (por isso passou a adotar um pseudônimo). Nísia faleceu em Rouen, França, em 1885, aos setenta e cinco anos. Em 1955, seus restos mortais foram transladados para o Brasil e seu túmulo construído sobre as ruínas da casa onde nasceu (TELLES, 2017, p. 405).

se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós somos próprias se não para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer os nossos amos, isto é, a eles homens [...]. Entretanto, eu não posso considerar esse raciocínio senão como grandes palavras, expressões ridículas e empoladas, que é mais fácil dizer do que provar (FLORESTA *apud* TELLES, 2017, p. 406).

De volta a Mary Wollstonecraft, além da palavra escrita, ela também nos brinda com sua filha escritora, Mary Wollstonecraft Shelley. *Frankenstein, or the Modern Prometheus* (*Frankenstein, ou o Prometeu moderno*) foi escrito por Shelley entre os anos de 1816-1817 e publicado em 1818, em uma época que não lhe renderia bons frutos se a obra não fosse de autoria masculina. Por isso, a autora não assinou as primeiras edições de *Frankenstein*. Somente no ano de 1831, a partir da terceira edição revisada do livro, a obra leva o nome de Shelley.

E o que dizer de Jane Austen, das irmãs Brontë – Charlotte e Emily –, de Mary Ann Evans, de Maria Firmino dos Reis ou de Bertha Lutz? Isso citando apenas algumas escritoras de Londres e do Brasil do século XIX, pois a literatura mundial está repleta de textos escritos por mulheres. O problema é que somos pouco reconhecidas nesse

universo que ainda é pautado pelo discurso masculino. Quando as mulheres são apenas “suplemento de informação” (já dizia Woolf sarcasticamente no livro *A room of ones's own*) e não sujeitas, tanto a literatura quanto a história ficam incompletas, parciais.

E é sobre isso que Virginia Woolf se debruçará ao longo da sua vida como escritora, tendo publicado vinte livros, além de diversas cartas, panfletos, ensaios, resenhas de livros, entre outros. São nos seus textos que encontramos uma Virginia feminista (mesmo ela não se designando como tal) e politizada, escrevendo justamente sobre a importância da mulher para além do campo doméstico, do cuidado e da maternidade. Nascida em uma Londres marcada pelo movimento sufragista dos fins do século XIX (1882-1941), Woolf expressará sua opinião sobre a inadequação da história existente taxando esta como irreal, incompleta, parcial e carente por excluir as mulheres como protagonistas dos acontecimentos passados.

Em 1929, Woolf publicou *A room of ones's own* (*Um teto todo seu*). Na obra, originária de duas conferências realizadas em estabelecimentos de ensino feminino em Cambridge, Virginia buscou traçar um painel da presença feminina na literatura e na história, exaltando as conquistas das escritoras do século XVIII e XIX e incentivando as

gerações futuras a trabalharem e também se tornarem autoras. Há, ainda, no livro, a ideia de como a mulher é destaque em várias obras literárias ao longo dos anos, mas sem voz nem representatividade. A mulher, segundo Woolf (2014, p. 66), era descrita pela visão de um homem/autor, sendo uma musa inspiradora na ficção e uma “ninguém” no espaço privado:

É de se imaginar que ela seja da maior importância; na prática ela é completamente insignificante. Ela permeia a poesia de capa a capa; está sempre presente na história. Domina a vida de reis e conquistadores na ficção; na vida real, era escrava de qualquer garoto cujos pais lhe enfiassem um anel no dedo. Algumas palavras mais inspiradas, alguns pensamentos mais profundos da literatura vieram de seus lábios; na vida real, ela pouco conseguia ler, mal conseguia soletrar e era propriedade do marido.

Quando Woolf percebe que a maioria dos escritos (literários ou não) são produzidos pelos homens, ela questiona a desigualdade financeira entre mulheres e homens e a dupla jornada do trabalho feminino. Como exemplo, ela (WOOLF, 2014) nos traz um dos maiores escritores da Era Elisabetana, Shakespeare, e questiona: se ele tivesse uma irmã igualmente (ou mais) talentosa, teria ela as mesmas condições e oportunidades que o bardo? Teria tido a

mesma educação, a mesma liberdade? Teria tido tempo para ler, sem interrupções, os clássicos da literatura mundial, assim como seu irmão? Teria tido um teto todo seu para escrever? Em sua adolescência, poderia escolher não se casar com o noivo pretendido por seu pai?

Infelizmente, a literatura e a história hegemônica, produzidas pelos homens, ainda retratam as mulheres como objetos de consumo e desejo masculino, desconsiderando seu papel enquanto sujeitas com disposição e vontades próprias. Neste lugar de objeto, a mulher valorizada ainda é branca, magra e com cabelos lisos; as mulheres negras permanecem em papéis coadjuvantes e estereotipados; as mulheres indígenas, congeladas no tempo e marginalizadas. Além disso, poucas são as representações de mulheres cujas existências, prioridades e afetividades não giram em torno da idealização de relacionamentos heterossexuais. Por isso, seguindo o exemplo proposto por Woolf, cabe descontextualizar as vivências e experiências femininas, pensando-as de forma ampla e diversa.

Em *Três guinéus*, Virginia continua o diálogo proposto no livro *A room of ones's own* sobre as mulheres poderem atuar igualmente no espaço público: ou seja, sair, extrapolar as fronteiras, transgredir e viver novas experiências, assim como os homens. Contudo, em *Três guinéus*,

ela vai além do quadro de profissões e também conjuga sua análise com a possibilidade de uma nação evitar a guerra. Woolf afirma que a solução para evitar um conflito de grandes proporções seria atuar de forma pacifista; e, nesse caso, de acordo com os comentários de Naomi Black sobre a obra (2019, p. 248), apenas as mulheres são “pacifistas, e geralmente pelas razões erradas e das maneiras erradas”. Não que as mulheres não tenham o sentimento beligerante. Esse sentimento existe entre nós, naturalmente, segundo Woolf, mas, no nosso caso, eles seriam pouco estimulados.

Por fim, o que Woolf propõe com o texto é pensarmos que uma sociedade realmente pacifista seria aquela em que não existisse o sexismo. Para além da democracia – se contrapondo com o fascismo do período –, era preciso acabar com a subordinação das mulheres e, só assim, acabaria também a violência.

A ideia de Virginia [em *Três guinéus*] era exatamente a necessidade de eliminar a civilização como nós a conhecemos, considerando-se que ela se sustenta no fascismo no interior da família e do Estado, na devoção não remunerada das mulheres à casa, na exploração das mulheres no local de trabalho e na estrutura implícita de valores que favorecem a competição, a hierarquia e a violência (BLACK, 2019, p. 251).

Se em *A room of ones's own* Virginia reivindica às mulheres a independência econômica e a privacidade para poder produzir literaturas, em *Três guinéus*, ela acrescenta a demanda pela presença feminina nos partidos políticos, as pensões para as mulheres solteiras, os salários para as esposas, os partos humanizados e a remuneração para mães.

No próximo capítulo passamos, então, à análise focalizada de *Três guinéus*. Em um primeiro momento apresentamos a organização argumentativa da autora, a estrutura e o resumo da obra. Posteriormente, debatemos a situação da mulher e o contexto histórico presente no livro. Ao passo que, ao final da análise, tratamos da questão da guerra e a conexão com o patriarcado a partir da leitura desenvolvida no manuscrito.

TRÊS GUINÉUS E AS CONDIÇÕES HISTÓRICAS DE SUBMISSÃO DAS MULHERES

O livro *Três Guinéus*, escrito em 1937 e publicado em 1938, está organizado em três capítulos que, apesar de parecerem propor discussões diferentes, acabam por se complementar e formar um todo na construção argumentativa da qual a autora lança mão. Tal elaboração se dá a partir da criação de uma personagem fictícia, uma misivista que, ao receber uma carta de um advogado, que

é também tesoureiro honorário, solicitando ajuda para evitar a guerra, desenvolve uma réplica, dividida ao longo dos três capítulos. Além da carta-resposta, são apresentadas no texto outras duas cartas também ficcionais, que respondem a outros pedidos de auxílio por parte de duas outras tesoureiras honorárias.

Assim, no primeiro capítulo, há uma carta direcionada a uma tesoureira honorária⁶ do fundo de reconstrução de uma faculdade feminina, que solicita auxílio para a restauração da instituição. Após a exposição de diferentes argumentos que evidenciam a falta de acesso das mulheres a uma educação tal qual a que recebem os homens, a missivista opta por proporcionar um guinéu à tesoureira honorária que solicita ajuda para a reforma de sua universidade, já que “a única alternativa à educação da casa privada” (WOOLF, 2019, p. 48) é a educação formal das mulheres. Entretanto, a longo prazo, as mudanças no tipo de educação que as mulheres recebem deveriam ocorrer. Ainda assim, o simples fato de contribuir para a reconstrução da faculdade estaria favorecendo a causa levantada pelo advogado, o tesoureiro honorário.

E, no segundo capítulo, outra tesoureira pede contribuições para a profissionalização de mulheres. Com efeito, ao longo de sua dissertação, a missivista apresenta dados

que evidenciam a necessidade de mudanças no exercício do trabalho feminino. Ela decide que dará um guinéu à tesoureira honorária sob a exigência de que recorra à castidade intelectual, à irrisão e à pobreza, a que chama de “mestras” das quatro anteriores gerações de mulheres, aquelas que viveram na obscuridade, sem acesso à educação e à profissionalização.

Já no último capítulo, a personagem se aprofunda nos pedidos do destinatário, demonstrando como as mulheres podem contribuir para a emancipação de toda a sociedade e evitar tudo que estimule “o desejo de impor ‘nossa’ civilização ou ‘nosso’ domínio sobre outros povos” (WOOLF, 2019, p. 119), o que conduziria à guerra. Além disso, ela apresenta sua decisão: dará um guinéu para o tesoureiro honorário, sem exigências, porém não assinará seu manifesto, tampouco se inscreverá para sua sociedade, já que as mulheres são diferentes dos homens e, apesar de terem as mesmas intenções, necessitam de uma organização própria, que permita que elas se organizem sob novas perspectivas, questionando o nacionalismo, a desigualdade e a guerra.

É importante fazer uma consideração a respeito do título do livro, já que o guinéu foi uma antiga moeda britânica cunhada para uso no tráfico de pessoas escravizadas.

6. No texto, Virginia mistura ficção e o plano real objetivo para falar das instituições. Por isso, as tesoureiras citadas nas cartas não são de uma organização específica, já que esta se trata de um elemento ficcional. Apesar dos dados levantados pela autora serem incorporações do plano empírico, já que ela, inclusive, se mune das notas de rodapé para explicitar os fundamentos de sua investigação.

Tomaz Tadeu (2019, p. 201) indica que, no momento de escrita da autora, o guinéu apenas era utilizado para pagamento com cheque, doações a associações, recebimentos de advogados, dentre outros usos, já que não era mais uma moeda corrente, e que o termo na obra é disposto por Virginia a fim de realizar uma crítica ao imperialismo britânico, à colonização dos povos africanos e à escravidão do povo negro.

Dessa forma, a autora organiza uma estrutura argumentativa a fim de evidenciar como investir na educação e na profissionalização de mulheres pode contribuir para formar pessoas que se oponham à guerra e à desigualdade. A organização, no ensaio, exige uma leitura aguçada e paciente que permita acompanhar a escritora em seu caminho, já que ela estabelece uma série de argumentos possíveis contra a sua própria defesa, muitos dos quais se baseiam em textos não-ficcionais. Posteriormente, refuta-os e apresenta sua tese, o que permite a contraposição entre muitas opiniões e declarações de seu tempo e anteriores a ela, tal como possibilita que quem lê reconheça nos exemplos cotidianos questões ainda presentes nos debates feministas. O impacto dessa estrutura nos propõe “um modelo de coerência, gerado pela força da palavra organizada” (CÂNDIDO, 2011, p. 179), fazendo com que quem lê acabe por navegar nas idas e vindas da

argumentação de Woolf. Tal como Tomaz Tadeu (2019, p. 227) evidencia, o livro está disposto de modo que

a narradora (ou Virginia) arremata a carta (o livro) com o mágico número três que percorre a narrativa inteira: três cartas âncoras, três capítulos, três tesoureiros/as, três anos (o tempo que a carta do tesoureiro ficou à espera de resposta), três pontinhos (reticências), três razões, três sugestões, três medidas, três anos do curso universitário, três citações, três fatos, três homens instruídos, três diários e três semanários, três experimentações, três exemplos, três ordens, três casos e, claro, três guinéus.

Por conseguinte, pelos três capítulos perpassa a concepção de Virginia de que homens e mulheres constituem classes diferentes, que desde a infância vivem processos opostos, tanto em relação à educação quanto em relação às expectativas e possibilidades de existência. Para isso, a autora localiza socialmente as mulheres por meio do termo “filhas dos homens instruídos”, utilizado para designar não apenas a classe social à qual os pais (homens) tiveram acesso por meio da educação formal, mas também para identificar as diferenças entre homens e mulheres, mesmo que provenham da mesma família. Como enuncia Woolf (2019, p. 156): “obviamente se o termo ‘burguês’ se aplica ao irmão dela, é totalmente incorreto utilizá-lo

para se referir a alguém que difere tão profundamente dele no que diz respeito a duas características primordiais da burguesia - capital e ambiente”. Essa localização se mostra fundamental ao longo da obra, principalmente porque ela diz de qual lugar são essas mulheres das quais Virginia fala. Tal que, em alguns momentos, a autora diferencia as possibilidades delas em relação às operárias.

Considerando o período de escrita do livro (o ano de 1937), é possível afirmar que o acesso à educação formal, a exemplo, estivesse ainda mais distante para outras classes. Tal como a autora delimita ao afirmar que “nossa ideologia é ainda tão inveteradamente antropocêntrica que se tornou necessário criar esse termo canhestro – a filha do homem instruído – para descrever a classe cujos pais foram educados nos internatos privados e nas universidades” (WOOLF, 2019, p. 156). Esta asserção demonstra que as filhas dos homens instruídos não possuíam nenhuma forma eficaz de influência, diferentemente das filhas da classe operária, que poderiam ao menos fazer exigências valendo-se do impacto de seu trabalho. E seus recursos financeiros poderiam ser comparados aos de um trabalhador rural. De forma que a personagem de Woolf afirma que

Certamente a grande conquista política da filha do homem instruído custou-lhe mais de um século do mais exaustivo e

humilde trabalho; manteve-a marchando em protestos, trabalhando na retaguarda, discursando em esquinas; finalmente, por ter usado a força, levou-a à prisão, e muito provavelmente ainda a manteria lá, não fora o fato, por paradoxal que seja, de que a ajuda que ela deu a seus irmãos, quando eles finalmente usaram a força, garantiu-lhe o direito de se chamar, senão uma filha em toda a sua plenitude do nome, pelo menos uma enteada da Inglaterra (WOOLF, 2019, p. 21).

Entretanto, não apenas a educação formal, a profissionalização ou mesmo o acesso ao dinheiro e à “cultura livresca” distinguem a formação e os espaços ocupados por homens e mulheres. Além desses elementos, os jogos, os amigos, as conversas e as viagens⁷ que os homens faziam permitiam que eles se interessassem pela política e pela arte, diferentemente delas. Já que, conforme escreve a autora (WOOLF, 2019, p. 21), “a filha do homem instruído era, no século dezenove, ainda mais ignorante da vida do que dos livros”, evidenciando a existência de uma educação não formal que impacta na trajetória de homens e mulheres. E isto ocorria uma vez que as experiências e a socialização permitiam aos homens, mesmo em seus momentos de lazer, que estivessem nos espaços públicos, ao passo que as experiências das mulheres na educação doméstica as formava para a “profissão do casamento”.

7. Tudo possibilitado pelos fundos educacionais, aos quais os homens tinham acesso, mas as mulheres não detinham a “educação gratuita”, apesar de também contribuírem para o enriquecimento e desenvolvimento das instituições de ensino. Ao menos, como sinaliza Virginia, até o ano de 1919, quando foi aprovada a lei “Sex Disqualification (Removal) Act”, que permitia que as mulheres assumissem profissões e cargos públicos. Mesmo após a promulgação da lei, as mulheres seguiram financiando suas próprias fundações, mesmo que tantas gerações tenham investido em lugares onde nunca haviam sido bem-vindas (WOOLF, 2019).

Michelle Perrot (2005), em *As mulheres ou os silêncios da história*, também evidencia como o “horizonte sonoro” da presença das mulheres em muitos lugares que antes não lhe eram permitidos é uma mudança ocorrida no século XIX. Mesmo assim, há um silêncio grande que ainda permanece, sendo um “outro exemplo de opacidade, mais contemporâneo: o das estatísticas. Elas são na maior parte das vezes assexuadas. O recenseamento dos foros, durante o Antigo Regime, ou o das famílias, no século XIX, repousa no chefe de família” (PERROT, 2005, p. 11).

Para investigar a história das mulheres, Virginia utiliza biografias, jornais, fotografias⁸, já que percebe uma ausência de uma história feminina, dos registros e traços da vida das mulheres. Especialmente porque a história sempre foi voltada para a vida pública, na qual as mulheres não tinham espaço e reconhecimento (PERROT, 2005, p. 14). Michelle Perrot (2005), também enfatiza que “é o olhar que faz a história”, e esse olhar para poder ver a história das mulheres requer diferentes fontes. Desse modo, “escrever a história das mulheres supõe que elas sejam levadas a sério, que se dê a relação entre os sexos um peso, ainda que relativo, nos acontecimentos ou evolução das sociedades” (PERROT, 2005, p. 14). Por isso, Virginia se vale de buscar outros traços, tal como biografia, que “é multifacetada; [pois] a biografia nunca devolve uma única

e simples resposta a qualquer pergunta que lhe é feita” (WOOLF, 2019, p. 89).

Virginia Woolf também destaca haver um forte sentimento que sustenta a dominação masculina, em sua atualidade, chamada pelos psicólogos de “fixação infantil” e reverberada pela sociedade através da natureza, da lei e da propriedade. Tal fato pode ser comprovado ainda na era vitoriana, período que apresenta registros biográficos mais detalhados⁹, tal como o “caso do sr. Barrett da Wimpole Street¹⁰”, que não permitia que os filhos se casassem. Ou mesmo o reverendo Patrick Brontë¹¹, quem de igual modo não aceitava que sua filha Charlotte se casasse com o reverendo Arthur Nicholls, situação registrada na obra póstuma *The Life of Charlotte Brontë*, da romancista inglesa Elizabeth Gaskell (1857). E, ainda, o sr. Jex-Blake¹², que se opôs à vontade de sua filha Sophia de lecionar matemática para receber uma quantia pequena em dinheiro, história descrita em *The Life of Sophia Jex-Blake* por Margaret Todd (1918). Assim, a personagem de Woolf, ao discorrer sobre a recusa da igreja a aceitar mulheres nos cargos religiosos, chega à conclusão de que o medo, a raiva e as justificativas a que se recorrem podem ser encontradas desde essas biografias¹³, pois “a sociedade, ao que parece, era um pai, e também afligida pela fixação infantil” (WOOLF, 2019, p. 145); controle esse

8. São cinco fotografias que compõem o livro, assim como ilustrações, que se mostram relevantes na construção argumentativa a que Virginia dispõe. Nelas é possível ver um general, um grupo de arautos, um cortejo universitário, um juiz e um arcebispo.

9. Michelle Perrot (2005) também afirma que “século de famílias, de armários e de escrita pessoal, o século XIX é um imenso reservatório” (p. 29), já que os traços tanto públicos quanto privados são raros quando se trata da construção de uma história das mulheres.
10. Edward Barrett Moulton-Barrett (1785-1857), pai da poetisa inglesa Elizabeth Barrett Browning (1806-1861) e morador da rua Wimpole Street em Londres.
11. Patrick Brontë (1777-1861), pai de Charlotte Brontë (1816-1855), escritora inglesa. Arthur Bell Nicholls (1819-1906) foi esposo da poetisa.
12. Thomas William Jex-Blake (1832-1915) foi um reverendo anglicano. Sua filha Sophia Louisa Jex-Blake (1840-1912) se tornou médica, professora e lutou pelos direitos das mulheres.
13. Segundo a personagem, apenas a história e a biografia estavam disponíveis para as *outsiders*.

que impactava não apenas as mulheres, mas também os homens e seus relacionamentos afetivos.

Ainda no segundo capítulo, a personagem da missivista afirma que a “educação não paga” e as “profissões não remuneradas” foram prejudiciais para toda a sociedade: “a intensa ocupação, durante a era vitoriana, no trabalho de parto da esposa não-remunerada obteve, certamente, resultados terríveis sobre a mente e o corpo da época atual” (WOOLF, 2019, p. 89). A condição a que estavam submetidas se justificava por questões de sexo¹⁴, à medida em que argumentos fundados em situações que naturalizavam e ainda naturalizam o lugar social imposto à mulher e suas circunstâncias. A ideia de ser mãe como um instinto natural, o cuidado do ambiente privado como incumbência delas e os discursos que as infantilizavam ou inferiorizavam, como exemplos, contribuíram para compor uma situação de submissão. Essa questão será posteriormente discutida nos estudos da mulher, especialmente a partir da década de 1960, na segunda onda feminista, na qual as mulheres questionavam a naturalização das “situações femininas” e buscaram demonstrar o caráter social da opressão que sofriam/sofrem (PISCITELLI, 2009).

Dessa forma, fica evidente a centralidade da discussão do espaço público e privado na carta, pois “o casamento, a

única profissão importante acessível à nossa classe desde o começo dos tempos até o ano de 1919” (WOOLF, 2019, p. 12) confinava as mulheres ao espaço doméstico. E, posteriormente, a presença da filha do homem instruído no espaço público gerava incômodos, muitas vezes pelo “perfume” exalado ou “o ruge-ruge das anáguas” (WOOLF, 2019, p.60). Mesmo a relação entre irmãs e irmãos dos homens instruídos se diferenciava no privado e no público. Enquanto no primeiro há por vezes respeito, no espaço público os irmãos se mostram agressivos, imponentes e traçam limites que dizem “não debes aprender; não debes ganhar dinheiro; não debes ter propriedades; não debes [...]” (WOOLF, 2019, p. 115). Apesar disso, a personagem afirma que “o mundo público e o mundo privado estão inseparavelmente ligados; que as tiranias e os servilismos de um são as tiranias e servilismos do outro” (WOOLF, 2019, p. 152). Por isso, só seria possível ter real liberdade tendo-a em ambos lugares.

Ademais, a personagem ficcional, a missivista do ensaio, no trecho em que se expõe a carta, demonstra como esse sistema patriarcal e capitalista tem íntima relação com a guerra: “guerrear tem sido, desde sempre, hábito do homem, não da mulher” (WOOLF, 2019, p. 12)¹⁵. É possível estabelecer uma relação entre os méritos, as medalhas, as vestimentas, as condecorações, o exercício das profissões,

14. O termo atualmente utilizado, “gênero”, no momento de escrita do livro de Virginia Woolf, ainda não havia sido elaborado. Somente a partir da década de 1980 o termo se popularizou e começou a ser empregado, tal como delimita Joan Scott (1995).

15. Ao afirmar que a guerra é feita pelos homens, a autora intenta evidenciar que a formação humana permite ou potencializa o interesse pela guerra. Também, sua personagem demonstra que as mulheres nunca puderam decidir sobre a guerra ou ter algum tipo eficaz de influência.

o acúmulo de riqueza, o poder da dominação, o controle da igreja (como uma profissão) que estava disponível aos homens e ao militarismo. A crítica à ideia de civilização, ao patriotismo relacionado ao patriarcado e ao capitalismo como uma forma de uma nação subjugar outras também fica expressa no decorrer da obra. Há ainda evidências de que as mulheres, as quais nunca foram valorizadas pelo país, que não possuem uma nação para chamar de sua, e por suas próprias trajetórias, têm menos condições de se interessar pela guerra. O que o patriotismo significaria para uma mulher? A mesma pátria que dá liberdade aos homens também a dá para as mulheres? E mais:

Quando ele disser, como a história demonstra que ele disse e pode dizer novamente: “Estou lutando para proteger nosso país” e tentar, assim, provocar seu sentimento patriótico, ela se perguntará: “O que ‘nosso país significa para mim, uma outsider?’ [...] E se ele disser que está lutando para proteger a Inglaterra do domínio “estrangeiro”, uma vez que, por lei, ela se tornará uma estrangeira ao se casar com um estrangeiro (WOOLF, 2019, p. 117).

E, nesse sentido, como evitar a guerra? Falar da guerra seria algo para pessoas instruídas ou com conhecimentos em política, economia e até filosofia, mas como um leigo (ou melhor, uma leiga) poderia ajudar? Ademais, “a

arte de escolher o ser humano com o qual se viver bem a vida, deve ter no ensinado a desenvolver alguma habilidade nisso [no ato de guerrear]” (WOOLF, 2019, p. 12). Por isso, a personagem pergunta: “que tipo de educação ensinará as jovens a odiar a guerra?” (WOOLF, 2019, p. 31), demonstrando que não basta apenas que as mulheres tenham acesso à educação e que possam se formar, mas que é preciso elaborar uma educação diferente da tradicional, que nada fez para educar para a “generosidade e a magnanimidade”. Por isso, a missivista defende uma faculdade para os pobres, que ensinasse não o uso da força, nem a habilidade de matar, ter capital e terra, e sim “as artes das relações humanas; a arte de compreender a vida e a mente de outros povos [...]” (WOOLF, 2019, p. 43).

Para além do que foi acima afirmado, é possível compreender que a educação não formal dada às mulheres também gerou saberes e conhecimentos, condições que propiciam novos olhares. Como afirma Woolf (2019, p. 73), “as filhas dos homens instruídos sempre se dedicaram a pensar em meio à faina cotidiana; não sob a luz verde dos abajures nas escrivaninhas dos claustros das faculdades afastadas. Elas pensavam enquanto mexiam a panela, enquanto balançavam o berço”. E ainda a castidade, apesar do que representou na educação não paga das mulheres, poderia ser convertida em “castidade da mente” ao

não utilizarem suas capacidades intelectuais para aquilo com o qual não concordam ou não queiram fazer. Além disso, a pobreza dos trabalhos não remunerados possibilitava que as mulheres não fossem compradas, ou não fossem “seduzidas” por acúmulo de riquezas, e tivessem somente aquilo que lhes era necessário. E, por fim, havia a irrisão, para que elas não se deixassem influenciar por títulos, fama, ou menções e, assim, pudessem ter “uma mente e uma vontade própria” e utilizassem “essa mente e essa vontade para abolir a desumanidade, a brutalidade, o horror, a insensatez da guerra” (WOOLF, 2019, p. 93).

Contudo, a missivista chega à conclusão de que, apesar das mudanças serem necessárias, ainda era preciso que as mulheres ganhassem a própria vida, que pudessem se formar e ter seus próprios recursos. Isto porque, na educação privada, voltada para o casamento, elas aprendiam a desejar o *status* (as roupas, as festas), ou sentiam, inconscientemente, tamanha revolta contra a sujeição que qualquer possibilidade de fuga, mesmo que mediante a guerra, lhes agradava.

Caminhando para o final do livro, a autora nos evidencia que as conquistas das mulheres e o feminismo podem contribuir para a libertação de toda a humanidade, inclusive dos homens. A missivista, por exemplo, defende

que a própria remuneração das mulheres pelo Estado, por seu trabalho enquanto mães, permitiria que os homens trabalhassem menos horas e que o serviço prestado por elas poderia ser reconhecido como uma contribuição ao desenvolvimento da sociedade. Assim, é possível perceber uma questão que ainda hoje é pautada pelos movimentos feministas: o trabalho reprodutivo e de cuidados realizado que não é pago. E, apesar de Virginia Woolf (2019) questionar a palavra “feminismo” no livro, ela diz que

as filhas dos homens instruídos que eram chamadas, para sua indignação, de “feministas”, eram, na verdade, a vanguarda do movimento ao qual o senhor pertence. Elas combatiam o mesmo inimigo que o senhor está combatendo e pelas mesmas razões. Elas combatiam a tirania do Estado patriarcal tal como o senhor está combatendo a tirania do Estado fascista” (WOOLF, 2019, p. 112).

Por isso, Virginia defende que essa sociedade anônima de mulheres *outsiders* já existe. Assim, ao escrever as cartas como forma de diálogo ficcional, tal como a missivista, ela se coloca como “*outsider*” e “anôn.”. Isto é, “Virginia personaliza aqui a abreviatura de ‘anônimo’ ou ‘anônima’” (TADEU, 2019, p. 209), enquanto o termo que se refere a alguém fora do sistema). Woolf, no dia 20 de ano de 1938, em seu diário, afirma: “sou uma *outsider*. Posso escolher o meu

caminho: experimentar minha própria imaginação, do meu próprio jeito” (WOOLF *apud* TADEU, 2019, p. 208). E, por isso, a *missivista* defende, no terceiro capítulo, a existência de uma sociedade *outsider*, por meio da qual as mulheres têm resistido de forma ativa, seja se posicionando, seja se ausentando de espaços para demonstrar seu descontentamento com a ordem vigente. Dessa forma, Virginia pondera: “as *outsiders* existem efetivamente há apenas vinte anos – isto é, desde que as profissões se tornaram disponíveis para as filhas dos homens instruídos” (WOOLF, 2019, p. 125).

Para defender essa tese, ela apresenta três exemplos: o primeiro aborda a esposa do prefeito de Woolwich, o qual declara que, por sua vontade, não contribuiria em nada com a guerra. Em seguida, uma componente do conselho de educação, a srta. Clarke, que defendia não serem necessários prêmios às atletas, pois seu interesse residia no prazer da prática dos esportes, e o número de interessadas aumentava cada vez mais. E, por fim, o caso das mulheres jovens que começaram a se ausentar das congregações das igrejas, principalmente as estudantes, demonstrando uma insatisfação com a política adotada nas instituições. Por fim, a personagem fictícia da obra afirma que,

ao que parece, as coisas se repetem. As imagens e as vozes de hoje são as mesmas de 2.000 anos atrás. Essa, pois, é a

conclusão a que nossa investigação sobre a natureza do medo nos levou - o medo que impede que haja liberdade na casa privada (WOOLF, 2019, p. 152).

Nesse sentido, é possível que, ainda em nosso tempo, o medo, o controle e o exercício do poder que nos faz guerrear e que produz desigualdades seja o mesmo do tempo de Virginia. Entretanto, assim como as *outsiders* eram uma “ideia viva” naquela sociedade, também há entre nós uma sociedade de mulheres que resistem, que não se prendem a nenhuma “lealdade irreal” e lutam para construir uma sociedade mais justa. Muitos dos desafios são parecidos, como o acesso à educação e à profissionalização, a necessidade de romper com o autoritarismo e de acabar com a opressão, caminhos indicados por Woolf que encontram coro em movimentos como a “quarta onda do movimento feminista”¹⁶. Como Evelyn Reed (2008, p. 16) defendia,

todos os oprimidos, inclusive as mulheres, necessitam agora, urgentemente, escrever e reescrever sua própria história para exibi-la e corrigir as falsificações. Ao mesmo tempo, essa tarefa deve ser realizada em meio ao calor da luta por sua emancipação e como instrumento para a mesma.

Essa tarefa, ao que parece, a partir da leitura da obra, ainda é uma tarefa da contemporaneidade.

16. Segundo Fernanda de Brito Mota Rocha (2017), há um novo cenário no movimento feminista que pode ser reconhecido como uma nova onda. Caracterizada pelo ciberativismo, esta modifica antigas formas de organização do ativismo feminista e possibilita pelas redes sociais e por meio de outras tecnologias que diferentes grupos se aproximem em pautas comuns.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa da história da humanidade está repleta de feitos e avanços nos quais a presença da mulher não está vislumbrada. Pouco se diz, estuda, pesquisa sobre as condições, lutas, conquistas realizadas pelas mulheres. De fato, a mulher tem sido uma parte silenciosa da memória social, ausente nos manuais escolares e nos registros históricos. As primeiras vozes de insurreição surgem em fins do século XVIII. Quer dizer que antes não existiam mulheres que fizessem história? Não. Quer dizer que elas eram invisibilizadas nessa escrita.

E, nesse caso, é grandiosa a contribuição dos trabalhos de Virginia Woolf para o campo da história das mulheres, pois ela se mostra pioneira em vários debates e possibilita compreender, inclusive, a produção literária das mulheres ao longo do tempo, assim como as dificuldades e resistências que enfrentaram para produzir e serem reconhecidas.

Na análise do livro *Três Guinéus* foi possível perceber as concepções que a autora tem sobre a luta das mulheres e as possibilidades de transformação social a partir do enfrentamento à opressão que sofrem. Reverbera ainda em nosso tempo a ideia de que, quando as mulheres avançam, avança toda a humanidade. Muitas das atuais reivindicações feministas são encontradas nos debates abordados

nos três capítulos do livro. Motivo que leva a crer que, apesar do movimento feminista ter conquistado muito no último século, ainda há muito para ser transformado.

Além disso, a compreensão que se tem em relação às diferenças entre homens e mulheres enquanto classes antagônicas também é um antigo debate ainda presente. Mas, na perspectiva que a autora traz, faz-nos conceber que outras questões também são relevantes quando pensamos como se dá a opressão. Isto porque o acúmulo de capital, a propriedade privada e a exclusão econômica em que vivem mesmo as “filhas dos homens instruídos” demonstra que não é apenas uma questão de “sexo contra sexo”¹⁷. Por fim, levando em conta a obra exposta nessas linhas, fica claro que Woolf nos deixa um grande aporte histórico de seu tempo e que, mesmo sendo *Três Guinéus* um ensaio ficcional, representa um trabalho minucioso de Virginia como pesquisadora que entra para a lista de autoras que ousam escrever sobre a história das mulheres.

REFERÊNCIAS:

BENJAMIN, Walter. Teses sobre o conceito de história, 1940. In: **Obras escolhidas. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura.** São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 222-232.

17. Em *Sexo contra sexo, ou classe contra classe*, Evelyn Reed (2008) apresenta a discussão entre aquelas que defendem que a exploração está centralizada na dualidade homem e mulher, por meio da constituição do patriarcado, e aquelas que defendem ser um problema das sociedades de classe, em específico do capitalismo na atualidade.

BLACK, Naomi. A vida da felicidade natural: o feminismo de Virginia Woolf. In: WOOLF, Virginia. **Três Guinéus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. Posfácio, p.235-257.

BLOCH, Marc. **Apologia da História:** ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CÂNDIDO, Antônio. O direito à literatura. In: **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2011.

DIAS, Julia Helena **O “mal-estar” na história em Three guineas de Virginia Woolf:** escrita feminista e a crise do historicismo, 2019. 154 f. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Trad. Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In: ALMEIDA, Heloísa Buarque de, SZWAKO, José. **Diferenças, igualdades**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia ed., 2009. p. 116-149.

PRIORE, Mary del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. Apresentação, p.07-10.

REED, Evelyn. **Sexo contra sexo, ou classe contra classe**. Trad. Elizabeth Marie e Malú Maranhão. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2008.

REIS, José Carlos. **História e Teoria:** Historicismo, modernidade, temporalidade e verdade. 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006. Cap. 02: Da história global à história em migalhas: o que se ganha, o que se perde? p.67-96.

ROCHA, Fernanda de Brito Mota. **A quarta onda do movimento feminista:** o fenômeno do ativismo digital. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2017.

ROSA, Tainah Freitas. Ofício? escrever: a contribuição de Virginia Woolf para uma reflexão sobre o trabalho da mulher como escritora. In: TRÓPIA, Patrícia Vieira (et al.). **Mulheres trabalhadoras:** (in)visíveis?. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016 p.171-184.

SCOTT, Joan. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora UNESP, 2011. p.65-98.

_____. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, p. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 25 de abr. 2022.

SEMEM, Márcio André. O feminismo de Virginia Woolf e a literatura pós-colonial. *Anuário de Literatura*, [S. I.], v. 13, n. 1, p. 111-121, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/literatura/article/view/2175-7917.2008v13n1p111>. Acesso em: 29 jun. 2022.

SMITH, Bonnie G. **Gênero e História: homens, mulheres e a prática histórica**. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

TADEU, Tomaz. Notas do tradutor. In: Virginia Woolf. **Três Guinéus**. Org. Trad. e Notas Tomaz Tadeu. Posfácio Naomi Black. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: PRIORE, Mary del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10. ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017 p.401-442.

THOMPSON, E. P. "Intervalo: a lógica da História". In: **A Miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, pp. 45-60 (capítulo VII).

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Trad. Caio Meira. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. 1.ed. São Paulo: Tordesilhas. [1929], 2014

_____. **Três Guinéus**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1938], 2019.

Recebido em: 30/04/2022

Aceito em: 02/08/2022